

# PORTAL CT COMUNICAÇÃO EIRELI - ME

NOTA FISCAL DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO  
VÁLIDA SE EMITIDA ATÉ 24/04/2019

O MAIOR PORTAL DE NOTÍCIAS DO TOCANTINS

002618

CNPJ: 09.617.148/0001-44  
INSC. EST.: 29.411.887-0

SÉRIE UN MOD 21

AE 308 SUL, AV. LO 07, S/Nº, APTO 702 RES. ARARAS, PLANO DIRETOR SUL  
CEP 77.021.082 - PALMAS TO

Data de Emissão: 17, 19, 2017  
Natureza da Prestação: Venda Proprietária

Usuário: Cezar Hanna Halum  
Endereço: Placa do 3 Poderes Câmara Federal  
Município: Brasília CEP: \_\_\_\_\_ UF: DF  
CNPJ: 085.840.601-70 Insc. Est.: \_\_\_\_\_ Insc. Municipal: \_\_\_\_\_

QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
		<u>Valecumentos de atividades parlamentares no portal www.debatelegis.com.br</u>	<u>1.100,00</u>	<u>1.100,00</u>
		<u>17/19/2017 Banco Brasil</u>		
		<u>AG 1505-9</u>		
		<u>CC 146.257-8</u>		

DOCUMENTO EMITIDO POR ME OU EPP, OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL NÃO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE ICMS, DE ISS E IPI. LC Nº 123/2006

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	ALÍQUOTA	VALOR DO ICMS
-------------------------	----------	---------------

VALOR DOS SERVIÇOS R\$ 1.100,00  
R\$ \_\_\_\_\_  
TOTAL DA NOTA R\$ 1.100,00

GRÁFICA OFÍCIO - 103 NORTE RUA NO 01 LOTE 06 SL. 07 - CEP:77001-016  
CNPJ: 05.742.553/0001-33 - INSC. EST.: 29.362.108-0 - FONE: (63) 3212-1109 - PALMAS - TO

05 BLOCOS SÉRIE UN MOD 21 50x3 VIAS - DE 002.501 À 002.750 AIDF 002520 - AUT. 029896/95000000/042017 - 24/04/2017

Recebi(emos) de PORTAL CT COMUNICAÇÃO EIRELI - ME  
Os serviços constantes desta Nota Fiscal de Serviços de Comunicação - Série UN Mod 21 002618  
Palmas - TO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Nome / Assinatura \_\_\_\_\_

1ª Via (Branca) Cliente - 2ª Via (Amarela) Fixa Talão - 3ª Via (Rosa) Contabilidade

MORENA ROSA

R\$449,00

R\$452,00

R\$446,00

R\$499,00

R\$499,00

R\$479,00

## Halum instala Frente Parlamentar que defende legalização de jogos

O republicano pontuou que na América do Sul apenas o Brasil e a Bolívia por enquanto não liberaram a prática

NA RELATAÇÃO

18 de Out de 2017 - 10h52, atualizado às 16h02

COMPARTILHE



Foto: Douglas Gomes



Halum defende a geração de empregos e arrecadação de impostos que a legalização dos jogos podem trazer ao País

A Frente Parlamentar pela aprovação do marco regulatório dos Jogos no Brasil foi instalada na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira, 18. O presidente do colegiado, que tem a participação de 229 parlamentares, deputado Cesar Halum (PRB), defende a geração de empregos e arrecadação de impostos que as legalizações dos jogos podem trazer ao País.

"Só no jogo do bicho existem mais de 400 mil postos de trabalho. Ou seja, pais de família que trabalham escondidos, às vezes tendo que pagar propina a policiais, quando poderiam estar trabalhando formalmente, com carteira assinada e contribuindo devidamente para previdência. Em pouco tempo essa atividade poderá arrecadar três vezes mais do que a CPMF", disse Halum.

O presidente do Instituto Brasileiro Jogo Legal, Magno José Santos, também defendeu a geração de novos postos de trabalho que, segundo ele, podem chegar a 600 mil empregos diretos. "Nós não discutimos a liberação do jogo, porque ele já acontece, o que discutimos é se o Estado vai arrecadar, ou não, com a atividade. Só a Caixa Econômica Federal vende dois bilhões de reais em apostas por ano. Por dia, 10% da população brasileira faz algum tipo de aposta", argumentou.

Para Halum, é uma contradição o fato de o Brasil tolerar uma atividade que é ilegal. "É uma incoerência. Hoje arrecadamos pouco mais de 300 milhões de reais por ano com corridas de cavalo, 400 bilhões de reais por ano com loterias estaduais. Se legalizarmos a prática, poderíamos arrecadar cerca de 18 bilhões de reais por ano", completou.

O republicano pontuou, ainda, que na América do Sul apenas o Brasil e a Bolívia por enquanto não liberaram o jogo, a exemplo de outros 156 países, como os Estados Unidos, onde 1 milhão e 700 mil